



Ministério das Relações Exteriores  
**Concurso Público 2016**

Prova Escrita Objetiva – Curso de Preparação

# OFICIAL DE CHANCELARIA

Tipo A



## SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo 60 questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



## TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas.
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o rascunho da folha de respostas.



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Destacar as folhas do caderno de questões.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



## INFORMAÇÕES GERAIS

De acordo com o comando a que cada um dos itens da prova se refira, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa.

Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta.

Assine seu nome apenas no espaço reservado.

Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo de prova, conforme o caderno recebido.

O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro.

O caderno de questões deverá ser devolvido ao fiscal de prova.

Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.

Boa prova!



Ministério das Relações Exteriores  
**Concurso Público 2016**



Ministério das Relações Exteriores  
**Concurso Público 2016**

- 1 O visto é um documento emitido por um país garantindo a um nacional de outro país o direito líquido e certo de entrar e permanecer em seu território por um certo período de tempo e para certas finalidades.
- 2 Um cidadão estrangeiro portador de passaporte emitido por país para o qual não há isenção de nenhum tipo de visto, viajou ao Brasil para reuniões de negócios no ano de 2015. O visto do tipo VITEM II, concedido em setembro daquele ano, tem validade de três anos. Em 2016, o mesmo cidadão pretende deslocar-se ao Brasil para férias com a família. Ele não poderá utilizar o mesmo visto para a nova viagem.
- 3 Um estrangeiro que se encontra no Brasil com visto de turismo resolveu se matricular em um curso de português oferecido por uma universidade pública e com duração de 10 meses. Para solicitar o novo visto, VITEM IV, o estrangeiro poderá permanecer no Brasil e enviar seu passaporte a um Consulado brasileiro junto com os documentos necessários e comprovação do pagamento realizado por GRU. Caberá ao Consulado a devolução do documento ao endereço do requerente no Brasil.
- 4 O pagamento dos emolumentos consulares somente deverá ser realizado no momento em que o estrangeiro compareça à Repartição Consular para a retirada do visto pronto.
- 5 Um estrangeiro solicita visto de turista e apresenta carta por meio da qual uma empresa brasileira o convida para demonstrar os produtos estrangeiros que representa. No momento da entrevista, o estrangeiro explica que, na verdade, pretende vir ao Brasil para reuniões de negócios, mas que, como não assinará contratos, entendeu que poderia solicitar o Vitur. Nesse caso, a autoridade consular não considera que o estrangeiro está tentando ocultar os reais motivos da viagem ao Brasil, mas que apenas cometeu em equívoco quanto ao tipo de visto a ser solicitado. Assim, a autoridade consular poderá denegar o visto e o interessado poderá apresentar nova solicitação de visto.
- 6 Antes da concessão do visto, o responsável deverá verificar se o nome do interessado consta da Lista de Controle Consular (LCC).
- 7 A Autoridade Consular poderá conceder, excepcionalmente, visto de turista, por 90 dias, para estrangeiro, titular de visto temporário ou permanente que apresente “protocolo de pedido de registro ou de prorrogação de estada” válido, emitido pelo Departamento de Polícia Federal.



Ministério das Relações Exteriores  
**Concurso Público 2016**

Responda às questões de 8 a 13 com base nas informações contidas no quadro abaixo:

Nome do requerente	Objetivo da viagem	Tipo e país emissor do documento de viagem
Tetsuya Shybuia	Participar de XX Congresso Internacional Física Nuclear a ser realizado no período de 20 a 23 de setembro de 2016 na cidade do Rio de Janeiro.	Passaporte comum emitido pelo Japão
Cate Woodsworth	Realizar cobertura jornalística durante os eventos das Olimpíadas Rio 2016.	Passaporte comum emitido pela Austrália
Shin Chen	Prestar serviços de assistência técnica em máquina estrangeira instalada em fábrica brasileira localizada na cidade de Santos.	Passaporte comum emitido pela República Popular da China
Jayshree Jagjiwan	Participar de evento cultural gratuito organizado pela Embaixada da Índia no Brasil na condição de renomada dançarina (personalidade estrangeira) e sem a percepção de cachê	Passaporte comum emitido pela Índia
Obinze Ngozi	Participar de curso de língua portuguesa promovido pela Universidade de Brasília e com duração de seis meses.	Passaporte comum emitido pela Nigéria

- 8 Poderá ser concedido visto de cortesia à senhora Jayshree Jagjiwan mediante solicitação da Chancelaria indiana ou da Embaixada da Índia em Brasília.
- 9 À Senhora Cate Woodsworth poderá ser concedido visto do tipo VITEM II.
- 10 Como o senhor Shin Chen possui visto do tipo VITEM II válido não precisará de novo visto para deslocar-se ao Brasil no intuito de realizar serviço de assistência técnica.
- 11 Ao senhor Obinze Ngozi não poderá ser concedido visto do tipo VITEM I, pois o objetivo da sua viagem não é intercâmbio cultural.
- 12 Ao senhor Tetsuya Shibuya não poderá ser concedido visto de turista, ainda que apresente comprovante de inscrição como participante do Congresso, pois o Brasil não possui acordo desta natureza com o Japão.
- 13 O senhor Jean Duplessis foi aceito no programa PEC-PG da Universidade de Brasília. Ele deverá solicitar VITEM IV para participar do programa.
- 14 Um ex-Embaixador da Suécia no Brasil aposentou-se mas deseja permanecer no Brasil. Sendo assim, solicitou visto permanente baseado na transferência recursos de aposentadoria. Nesse caso, o visto permanente não poderá ser apostado em seu passaporte diplomático.



Ministério das Relações Exteriores  
**Concurso Público 2016**

- 15 Uma empresa brasileira procurou o Consulado-Geral do Brasil em Xangai para que fosse emitido um Visto Temporário V emergencial em favor de um de técnico estrangeiro. A empresa queria que o técnico se deslocasse ao Brasil imediatamente para a prestação de assistência técnica uma vez que um defeito no maquinário estrangeiro causado por uma enchente poderia acarretar suspensão da produção e prejuízos para a empresa. Nesse caso, é possível a concessão do visto.
- 16 Os nascidos no exterior de pai brasileiro ou mãe brasileira, cujo registro de nascimento tenha sido lavrado em Repartição consular brasileira, são brasileiros natos, independentemente de qualquer condição futura.
- 17 O nascido em território brasileiro de pai estrangeiro e de mãe brasileira terá direito à nacionalidade brasileira, ainda que seu pai esteja a serviço de seu país.
- 18 Nos termos do artigo 12, § 4º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, será declarada a perda da nacionalidade brasileira daqueles que adquirirem, a qualquer título, outra nacionalidade.
- 19 Michael, norte-americano, casou-se com Joana, brasileira, e reside no Brasil há 1 (um) ano. Michael cumpre o requisito de tempo de residência no Brasil para requerer a concessão da nacionalidade brasileira por naturalização comum.
- 20 Tendo em vista que a opção pela nacionalidade, por decorrer da vontade, tem caráter personalíssimo, exige-se que o optante tenha capacidade plena para manifestar a sua vontade. Dessa forma, a ação de opção pela nacionalidade brasileira não poderá ser ajuizada por menor de idade, ainda que devidamente representado ou assistido pelos seus pais.
- 21 Lucas adquiriu voluntariamente a nacionalidade canadense, sem, no entanto, ainda haver sido declarada a perda da nacionalidade brasileira por ato da autoridade competente. Lucas compareceu ao Consulado-Geral do Brasil em Vancouver e requereu a renovação de seu passaporte brasileiro. Tendo em vista a aquisição voluntária de outra nacionalidade, Lucas não terá direito a documento de viagem brasileiro, devendo viajar ao Brasil ao amparo do visto correspondente.
- 22 A naturalização não importa aquisição da nacionalidade brasileira pelo cônjuge e filhos do naturalizado. No entanto, eventuais filhos nascidos no exterior após a naturalização serão brasileiros natos por força do previsto no artigo 12, inciso I, alíneas “b” ou “c”, da Constituição Federal.
- 23 De acordo com o MSCJ, todos os registros consulares de Nascimento, casamento e óbito devem ser transcritos em Cartório de Títulos e Documentos do Distrito Federal, quando tiverem de produzir efeitos no Brasil.



Ministério das Relações Exteriores  
**Concurso Público 2016**

- 24 De acordo com o MSCJ, por se tratarem de atos públicos, qualquer interessado pode valer-se dos serviços de registro civil prestados pelas Repartições consulares brasileiras, independentemente da nacionalidade.
- 25 De acordo com o MSCJ, a Autoridade consular não poderá lavrar registros referentes a si própria, seus parentes e afins até o 3º grau.
- 26 De acordo com o MSCJ, a legalização consular é uma formalidade que confirma a autenticidade intrínseca do documento, ou seja, ratifica a validade do conteúdo do documento.
- 27 Os registros de nascimentos e casamentos ocorridos no exterior podem ser efetuados em qualquer jurisdição, devendo ser respeitada a legislação local da expedição do documento estrangeiro.
- 28 Cidadã brasileira apresenta certidão de casamento estrangeira onde consta que após o casamento mudou seu prenome e adotou o sobrenome do marido. A autoridade consular devesse lavrar o registro consular de casamento verbo ad verbum, e, após a lavratura, emitir novo passaporte para a cidadã brasileira com o nome adotado após o casamento, conforme a certidão de casamento estrangeira apresentada.
- 29 Os cartórios brasileiros e as repartições consulares brasileiras celebram casamentos por procuração.
- 30 Nos casos em que a/o cidadã/o brasileira/o tenha se casado, divorciado e se casado novamente em país estrangeiro, sem haver efetuado no Consulado do Brasil o devido registro consular do primeiro casamento, a autoridade consular poderá, então, efetuar o registro consular do segundo casamento, já que para as autoridades locais o primeiro casamento foi oficialmente dissolvido.
- 31 A autoridade Consular é o agente do Governo Brasileiro perante as autoridades locais e a comunidade brasileira nela residente, podendo agir, inclusive, fora de sua jurisdição.
- 32 A jurisdição das Repartições Consulares e dos Setores Consulares em Embaixadas pode ser estabelecida sem anuência do Estado receptor e é estabelecida por Decreto Presidencial.
- 33 De acordo com o Manual do Serviço Consular e Jurídico (MSCJ), a Autoridade Consular poderá conceder asilo a cidadãos brasileiros.
- 34 A criação, transformação ou extinção das Repartições Consulares de carreira ocorre por meio de Portaria assinada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.
- 35 Os titulares dos Consulados-Gerais, Consulados e Vice-Consulados são nomeados pelo Presidente da República.



Ministério das Relações Exteriores  
**Concurso Público 2016**

- 36 De acordo com o Manual do Serviço Consular e Jurídico (MSCJ), os Auxiliares Locais poderão ser nomeados para a função de Vice-Cônsul ou para a chefia de setor.
- 37 Cabe à autoridade consular informar às autoridades locais a situação migratória irregular de cidadãos brasileiros.
- 38 A Autoridade Consular não presta assistência a cidadãos brasileiros que estiverem envolvidos em processos criminais.
- 39 A Autoridade Consular poderá ser parte ou procuradora em processos judiciais.
- 40 Os Consulados Itinerantes levam aos cidadãos brasileiros serviços que não são prestados normalmente na Sede do Posto.
- 41 Para ser atendido por um Consulado do Brasil no exterior, o cidadão residente deverá estar matriculado Junto àquela Repartição consular.
- 42 Todos os nacionais brasileiros têm direito à repatriação, mesmo que também detenham a nacionalidade do país onde se encontram.
- 43 Os consulados do Brasil no exterior poderão arcar com os custos de traslado de corpo ou cinzas de brasileiros falecidos no exterior, quando a família comprovar que não tem recursos para tal.
- 44 Em casos de guerra civil, a autoridade brasileira providenciará, automaticamente, às custas do Governo brasileiro, a retirada de nacionais brasileiros do território estrangeiro, sejam esses residentes ou turistas.
- 45 As Repartições consulares deverão auxiliar na manutenção econômica dos detentos brasileiros.
- 46 Será concedido Passaporte Diplomático ao ex-Presidente da República e ao ex-Vice-Presidente da República.
- 47 O Ministro de Estado das Relações Exteriores poderá autorizar a concessão de passaporte diplomático a pessoas que devam portá-lo em razão do interesse do País, de acordo com o que preceitua o § 3º, do artigo 6º, do Decreto nº 5.978/2006.
- 48 Ao professor da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, autarquia subordinada ao Governo do Estado de São Paulo, designado para missão no exterior, será concedido Passaporte Oficial.
- 49 Para que o extraditando retorne ao Brasil deverá obrigatoriamente ser emitida Autorização de Retorno ao Brasil.
- 50 Segundo o Decreto 5.978/06, ao interessado que solicitar novo passaporte será exigida a apresentação do documento anterior válido ou não para cancelamento.



Ministério das Relações Exteriores  
**Concurso Público 2016**

- 51 Quando emitido no exterior, o Passaporte para Estrangeiro será válido apenas para uma viagem de ida ao Brasil e será recolhido pelo controle migratório do Departamento de Polícia Federal quando do ingresso de seu titular em território nacional.
- 52 A carteira de matrícula consular, expedida pelas repartições consulares brasileiras no exterior, poderá ser utilizada como documento de viagem.
- 53 O passaporte comum brasileiro é um documento de identificação de seu titular, de posse e propriedade da União.
- 54 Os passaportes brasileiros classificam-se em: diplomático, oficial, de serviço, comum, para estrangeiro e de emergência.
- 55 Os passaportes comum, para estrangeiro e de emergência serão expedidos, em território nacional, pelo Departamento de Polícia Federal e, no exterior, pelas repartições consulares brasileiras.
- 56 Não está prevista a concessão de passaporte comum no exterior ao cidadão brasileiro que não esteja em dia com suas obrigações eleitorais.
- 57 Poderá ser emitido passaporte comum ao menor de idade mediante expressa autorização de apenas um dos pais ou responsável legal desde que esse tenha a guarda do menor.
- 58 O prazo máximo de validade do Passaporte Comum, Passaporte Diplomático e do Passaporte para Estrangeiro é de 10 anos, improrrogáveis.
- 59 Por se tratar de ato previsto legalmente, a concessão de passaporte diplomático com base no §3º do art. 6º do Decreto nº 5.978, independe de publicação no Diário Oficial da União.
- 60 O salvo-conduto é o documento de viagem, de propriedade da União, expedido unicamente pelo Ministério da Justiça, destinado a permitir a saída do território nacional de todo aquele que obtenha asilo diplomático concedido por governo estrangeiro.





Ministério das Relações Exteriores  
**Concurso Público 2016**

**RASCUNHO PARA A FOLHA DE RESPOSTAS**

Tipo de prova:

A	B	C	D
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Respostas:

Questão	C	E
1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
16	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Questão	C	E
21	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
26	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
27	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
28	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
29	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
30	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
31	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
32	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
33	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
34	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
35	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
36	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
37	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
38	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
39	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
40	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Questão	C	E
41	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
42	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
43	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
44	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
45	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
46	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
47	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
48	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
49	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
50	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
51	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
52	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
53	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
54	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
55	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
56	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
57	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
58	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
59	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
60	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>